

Bruno Filipe de Brito
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
bfcbo@iscte-iul.pt

A Crise Filarmónica: Fatores Para a Diminuição do Exercício Filarmónico (1950-1976)

Partindo do que indicou Pedro Marquês de Sousa, no seu estudo *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, “a década de setenta do século XX constitui um período de transição na história das bandas portuguesas, deixando para trás um período de crise (as décadas de cinquenta e sessenta)” (Sousa, 2010, p.374). O início da década de 1950 coincide com o corporativismo das associações culturais por parte do regime do Estado Novo através dos terceiros Estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, que obrigaram as associações culturais e associações de recreio a filiarem-se neste organismo, sob pena de suspensão temporária da sua atividade ou mesmo da dissolução da mesma. Tais estatutos colocaram um fim ao modelo “liberal” praticado pelas associações filarmónicas até ao momento, passando estas a ser reguladas pelo modelo corporativista da FNAT. Esta supremacia veio prejudicar a Federação das Sociedades de Educação e Recreio, instituição que desde a década de 1924 regulamentava tais associações. A crise que se começara a sentir desde a década de 1930, em grande medida pela difusão dos grupos de jazz e pela falta de interesse por parte dos jovens a aderir a tais sociedades filarmónicas, agudiza-se com a vigilância e ação direta do Estado nestas, através da FNAT. Outro dos fatores que contribuiu para a crise filarmónica a partir da década de 1950 foi a alteração do sistema de afinação de 452 Hz (afinação “brilhante”) para 440 Hz (afinação “normal”) em 1953, que criou a necessidade de aquisição de novos instrumentos para a constituição das bandas filarmónicas. Estas, não tinham poder financeiro suficiente, sendo as suas receitas provenientes das quotas dos sócios, peditórios e donativos pontuais, fator que levou a um abrandamento da sua atividade. Finalmente, outro fator prende-se com as transformações demográficas da década de 1960, sendo estas devidas à emigração e ao destacamento para a Guerra Colonial, que veio alterar os recursos humanos disponíveis nestas bandas civis.

Palavras-chave: Associativismo; Política Cultural; Banda Filarmónica; Corporativismo.

Bruno Filipe de Brito obteve o grau de Licenciado em História Moderna e Contemporânea no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (2013-2016), o grau de Mestre em História Moderna e Contemporânea, vertente de “Política, Política e Cidadania”, também no ISCTE-IUL (2016-2018), encontrando-se a frequentar o doutoramento em História Moderna e Contemporânea na mesma instituição. Tendo elaborado a dissertação de mestrado “O Rock Progressivo em Portugal: 1967-1981”, continua na área da História Sociocultural, direcionada para a atividade musical, encontrando-se neste momento a elaborar uma tese de doutoramento com o título “Atividades Filarmónicas na Lezíria Ribatejana: Mudanças e Continuidades – 1945-1976”, que investiga, principalmente, as alterações provocadas pelo poder político nas bandas filarmónicas localizadas na sub-região ribatejana da Lezíria. O interesse neste tema surge por este ser um músico filarmónico (tendo participado noutros meios associativos como ranchos folclóricos).